

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO BRASIL/MOÇAMBIQUE: CAMINHOS AMEFRICANOS, UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR QUE PROPORCIONOU IMERSÃO CULTURAL E REFLEXÕES ACERCA DO RACISMO AMBIENTAL

Glacy Geysa da Silva ¹
Maria de Fátima Camarotti ²

RESUMO

As vivências adquiridas em Maputo, capital de Moçambique, em África, por meio de uma viagem de estudos proporcionada pelo programa de intercâmbio sul-sul, Caminhos Amefricanos fazem parte de um intercâmbio que teve como objetivo promover as experiências e reflexões pessoais, de uma estudante de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba. Esta é uma iniciativa do Ministério da Igualdade Racial (MIR) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse programa tem como objetivo a educação ético-racial, por meio da troca de saberes que estimulem o desenvolvimento de políticas públicas para o combate e o enfrentamento do racismo no Brasil. Em sua primeira edição, realizada no ano de 2024, o programa possibilitou o deslocamento de cinquenta estudantes negros ou quilombolas de diferentes licenciaturas das universidades públicas brasileiras. Isso promoveu a imersão cultural desses estudantes em Moçambique, país que, assim como o Brasil, foi colonizado por portugueses. Toda a troca de experiências foi compartilhada com a Universidade Pedagógica de Maputo, que recebeu os estudantes durante treze dias. Em meio à interdisciplinaridade do programa, a intercambista refletiu sobre as lutas do povo moçambicano e o racismo ambiental. Nesse viés, evidencia-se a importância da mobilidade estudantil em conjunto com a interdisciplinaridade para a construção de saberes significativos que contribuem para a formação inicial de professores e, posteriormente, para a construção de sua identidade docente.

Palavras-chave: Intercâmbio, Interdisciplinaridade, Racismo ambiental, políticas públicas.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, glacygeysa15@gmail.com;

² Professora Doutora do Departamento de Metodologia da Educação (DME), CE, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, fcamarotti56@gmail.com;



INTRODUÇÃO

1 Moçambique

Moçambique é um país extenso, com uma área de 801.590 km², ocupando cerca de um terço de toda a costa oriental da África. Faz fronteira com a África do Sul, Zimbábue e Malawi. Segundo Newitt (2022, p. 11), o país possui uma trajetória político-social marcada por períodos de seca, fome e epidemias de pragas, o que resultou em migrações forçadas, conflitos políticos e episódios de escravidão. Ainda de acordo com Newitt (2022, p. 14), um longo período de seca, acompanhado por epidemias e infestações de gafanhotos, agravou ainda mais essa realidade.

Assim como o Brasil, Moçambique também foi colonizado por Portugal. A colonização portuguesa teve início em 1498, e o território moçambicano integrou o projeto imperial de Portugal até 1975, quando o movimento de independência se consolidou. A independência do país foi conquistada por meio de um movimento de resistência e luta armada liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que obteve amplo apoio da população em todo o território moçambicano (Hernandez, 2008).

Atualmente, Moçambique é dividido em dez províncias, cada uma com sua própria liderança. O intercâmbio ocorreu especificamente na cidade de Maputo, capital do país, situada às margens da baía de Maputo, no oceano Índico. Maputo é o principal polo comercial do país, devido à importância estratégica de seu porto. A cidade abriga empresas multinacionais, embaixadas e organizações internacionais, além de apresentar uma rica diversidade cultural, com influências africanas, portuguesas e árabes.

Devido à fragmentação étnica e cultural, Moçambique possui atualmente mais de 40 línguas nacionais, a maioria de origem Bantu. No entanto, o português que é a língua oficial é utilizado em todo o país, sendo exigido especialmente em contextos formais e nas relações sociais, como no mercado de trabalho. Apesar disso, a maioria dos moçambicanos falam sua língua materna no cotidiano e só aprendem o português ao iniciarem a vida escolar (Dias, 2010).

Moçambique é um país que possui uma rica diversidade cultural expressa no



artesanato, na música, nas artes plásticas e nas comidas típicas, mas seu cenário político é marcado por corrupção, centralização do poder econômico, fortalecimento das forças militares, omissão da justiça e uma população silenciada. De acordo com Mabota (2015, p. 9) a questão é que, diferentemente de outros países, os juizes em Moçambique não pertencem a uma classe privilegiada de poder. Pelo contrário, são pagos pelo estado e, por isso, não possuem casa própria nem autonomia financeira, o que os torna suscetíveis aos mandos e desmandos de quem detém dinheiro e influência.

Além disso, a injustiça social no país é alarmante. Observando Maputo, capital de Moçambique, é possível perceber uma mudança drástica de cenário apenas ao se trocar de bairro. Nas áreas de centro e orla da cidade, estão concentradas grandes empresas multinacionais, dois shoppings de origem árabe e um enorme cassino, o que pode passar a impressão de que o país é financeiramente próspero. Porém, ao adentrar os bairros periféricos e comunidades, observa-se a pobreza e a humildade das pessoas, evidenciando uma distribuição desigual de recursos. Essa questão será discutida ao longo desse artigo.

1.1 Atividades propostas pelo intercâmbio e suas importâncias

O intercâmbio proporcionou uma imersão na cultura, educação e meio ambiente, uma proposta que permitiu a visualização de um modo geral do comportamento e vivência na cidade de Maputo.

Como imersão cultural, foram apresentados museus como Mafalala, que é símbolo da luta anticolonial do País, o Matolo Ride Memorial, ou museu dos heroís que retrata a história dos moçambicanos em sua luta por independência, além de um *tuor* pelo centro histórico, orla estação ferroviária e mercados de artesanato que permitiu uma imersão cultural histórica e econômica do país.

No âmbito da educação, foram proporcionadas visitas a duas escolas, sendo uma de ensino primário e outra de ensino secundário, foi possível conhecer a estrutura, arquitetura, e forma de ensino. Destacando-se a escola secundária por ser também bilingue, na qual os alunos estudavam português, inglês e francês, no entanto foi expresso um apagamento da língua nativa, pois esta, não deveria ser usada na escola, tendo em vista a necessidade do português para as relações sociais, e mercado de trabalho e do inglês e francês para as relações com as fronteiras da África do Sul. Além das escolas, foi



promovido o primeiro seminário internacional Caminhos Amefricanos, e a semana científica da Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo), os quais promoveram diálogos acerca da ancestralidade, diversidade cultural, educação antirracista e discussões científicas.

Por fim, o intercâmbio permitiu o contato com a natureza, de uma forma única com a visita ao Parque Nacional de Maputo, uma reserva natural, na qual foi possível observar uma rica biodiversidade tanto na fauna como na flora.

Sem dúvidas, o intercâmbio promoveu atividades interdisciplinares que podem ser incorporadas a prática docente. No entanto, o que mais marcou foram os diálogos pessoais com o verdadeiro público de Moçambique, a troca de saberes e experiências com os estudantes da UP-Maputo, a convivência com moradores, trabalhadores da universidade, motoristas de aplicativos, alunos das escolas, e diversas pessoas que compartilharam suas experiências e expectativas acerca do país e ajudaram com o processo de criticidade. Esse contato direto foi, sem dúvida, a parte mais intensa e enriquecedora de uma imersão internacional.

1.2 Injustiça Social e Racismo Ambiental

Nas últimas décadas, Moçambique tem enfrentado sérios impactos ambientais, relacionados ao crescimento das grandes cidades e à exploração dos recursos naturais. O avanço das cidades, impulsionado pela migração interna, junto à exploração ilegal de madeira, à caça proibida e à expansão das indústrias tem contribuído para a degradação do meio ambiente e agravado problemas de saúde pública.

Segundo Feijó (2015, p. 121), as cidades de Maputo e Matola em Moçambique, concentram importantes indústrias, incluindo usinas hidrelétricas, mineradoras, indústrias de cimento e de alumínio. que realizam atividades que geram sérios danos ambientais, contribuindo para a emissão de gases poluentes e o comprometimento da qualidade da água e do solo. Os efeitos são sentidos diretamente pela população, pois causam aumento de doenças respiratórias, alterações climáticas e perda da biodiversidade.

Os principais afetados por esses impactos, de acordo com Joaquim (2023) são os grupos socialmente mais vulneráveis, que, em grande parte, migram de regiões rurais em busca de melhores condições de vida. Ao se instalarem em áreas periféricas e carentes de



infraestrutura, essas populações ficam expostas a riscos como enchentes, deslizamentos de terra, contaminação por resíduos e falta de saneamento básico. Essa realidade evidencia uma injustiça ambiental, pois os efeitos mais graves da crise ambiental recaem sobre aqueles que menos contribuíram para sua causa.

Nessas regiões economicamente mais favorecidas, predominava a presença de imigrantes árabes, chineses e portugueses como proprietários de comércios e empreendimentos. Os cidadãos moçambicanos, por sua vez, ocupavam posições subalternas, o que evidencia uma estrutura social e econômica desigual, marcada por heranças coloniais e desequilíbrios no acesso ao capital e ao poder.

Uma das fundadoras da Organização Justiça Ambiental (JA!), em entrevista publicada no canal Right Livelihood em 2024, afirmou que cerca de 80% dos moçambicanos dependem da agricultura de subsistência como principal meio de sobrevivência (Cabanelas, 2024). Apesar dessa ligação com a terra, há uma carência de educação ambiental e de políticas públicas voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais. Até mesmo para se desenvolver um olhar crítico por parte da população, que não entende como as atividades poluentes das grandes indústrias podem afetar a fertilidade das suas terras. Vilanculos (2025) afirma que existe educação ambiental em Moçambique, no entanto está é voltada para as atividades individuais, e não culpabiliza as consequências ambientais decorrentes das indústrias de extração de minérios realizados por empresas transnacionais.

É importante ressaltar que Moçambique é um país etnicamente diverso, composto por grupos como os Macuas, Macondes, Yao, Swahilis, Maraves, Tsongas, Shonas, Sena, Ndau, Bitonga e Chope, entre outros. Muitos desses povos foram afetados por processos históricos de colonização, escravização e migração forçada. Sendo assim, evidencia-se que a desigualdade no acesso à terra, aos recursos, à informação e à representatividade política é, portanto, também constituída por questões étnicas e regionais. Diante do exposto, pode-se afirmar que Moçambique apresenta traços de racismo ambiental, ressaltando que o conceito de racismo ambiental além do fato das consequências desiguais em questões éticas, abrange também questões de poder político e econômico associado a justiça ambiental.

A distribuição dos impactos ambientais demonstra desigualdades históricas e estruturais, às quais os efeitos são sentidos no cotidiano das populações mais vulneráveis.



O racismo ambiental não anda só, ele está intrinsecamente ligado aos racismos estrutural e institucional (Ribeiro, 2024).

Desse modo, revela-se a importância de se compreender o racismo ambiental como uma dimensão transnacional da injustiça, afetando diferentes grupos raciais e étnicos de maneira específica, dependendo do contexto local. No caso de Moçambique, o colonialismo, a desigualdade econômica e a fragilidade das políticas públicas se entrelaçam para produzir formas concretas de exclusão ambiental e social.

2 METODOLOGIA

Esse trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na vivência de um intercâmbio cultural realizado em Moçambique, em África. Trata-se de um relato de experiência que busca de descrever vivências e percepções pessoais construídas ao longo da imersão na cultura moçambicana. De acordo com González (2020) A pesquisa qualitativa não é apenas um tipo de abordagem homogênea, ela abrange um conjunto de práticas investigativas diversificadas em busca da compreensão de situações sociais e educacionais a fim de torná-las significativas para os sujeitos envolvidos, sendo assim explica-se sua diversidade metodológica. Nesse viés as experiências relatadas são analisadas em discussão com referências teóricas de autores de diferentes nacionalidades, com foco na temática do racismo ambiental e suas múltiplas dimensões

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O intercâmbio de imersão cultural oferece aos pesquisadores a oportunidade de ampliar sua compreensão sobre realidades sociais e educacionais em contextos internacionais. Essa vivência contribui para o enriquecimento do repertório investigativo, permitindo o desenvolvimento de novas perspectivas e abordagens na busca por respostas a questões complexas que ultrapassam fronteiras nacionais. Segundo Dias *et al.* (2022), a exposição internacional não apenas enriquece o olhar dos pesquisadores, mas também abre caminhos para estudos futuros.

O programa de intercâmbio Caminhos Amefricanos, além de proporcionar uma experiência formativa internacional, reuniu cinquenta estudantes de diversas



licenciaturas, o que favoreceu o diálogo entre áreas do conhecimento e a construção coletiva de saberes. Essa convivência incentivou o compartilhamento de perspectivas e a troca de experiências, ampliando a base de conhecimento dos participantes e despertando o interesse por debates críticos, tanto no campo educacional quanto social.

Alves *et al.* (2019) destacam a importância da interdisciplinaridade como ferramenta para estimular a troca de saberes entre profissionais de diferentes áreas, promovendo o aprimoramento da prática educativa. Nessa perspectiva, o intercâmbio permitiu um olhar sensível e reflexivo sobre os desafios enfrentados pelo povo moçambicano, especialmente no que diz respeito às injustiças sociais e ao racismo ambiental.

As discussões desenvolvidas a partir das experiências vividas em campo evidenciaram que Moçambique possui políticas ambientais que visam à redução da injustiça ambiental. No entanto, observou-se que essas políticas enfrentam fragilidades na fiscalização e na aplicação prática, o que compromete sua efetividade. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) surge como uma estratégia fundamental no enfrentamento ao racismo ambiental no país.

Para que a EA tenha maior efetividade, Ribeiro (2015) defende que ela deve ser iniciada a partir dos sete anos de idade, fase em que as crianças estão em pleno desenvolvimento cognitivo e afetivo. Isso favorece a construção de uma consciência crítica, permitindo que esses jovens repassem seus aprendizados em seus lares. Dessa forma, será possível formar uma nova geração de cidadãos moçambicanos conscientes, engajados e preocupados tanto com as demandas ambientais quanto com a luta por justiça social.

De acordo com Silva e Silva (2020), a interdisciplinaridade permite aos professores ressignificar sua prática pedagógica por meio de métodos mais contextualizados, especialmente no ensino da EA, que por envolver múltiplas dimensões do saber, deve ser abordada em todas as disciplinas escolares e não de forma isolada como um tema transversal.

A justiça ambiental, portanto, só será alcançada quando todos os segmentos da população independentemente de classe, cor ou etnia tiverem acesso e voz ativa nos debates, projetos e decisões voltados à diminuição dos impactos ambientais (Joaquim, 2023).



Durante o intercâmbio realizado na UP-Maputo, localizada no bairro de Lhanguene, foi possível observar diretamente essas desigualdades. A comunidade ao redor apresentava sinais visíveis de precariedade: ruas com acúmulo de lixo, ausência de saneamento, moradias simples e infraestrutura urbana deficiente. Em contraste, bairros como Sommerschield e Baixa, regiões centrais e mais desenvolvidas da cidade exibiam arquitetura moderna, presença de shoppings, empresas multinacionais, bancos, parques botânicos, mercados de artesanato, sedes de embaixadas e ministérios etc.

Percebeu-se, ao longo do intercâmbio, que os moçambicanos com maior poder aquisitivo são, em sua maioria, funcionários públicos: servidores do estado, militares, policiais e acadêmicos. Esse grupo, por possuir renda estável, tem acesso a crédito bancário e outras formas de financiamento. Por outro lado, a população inserida no setor informal ou privado precisa recorrer a práticas comunitárias, como consórcios entre vizinhos e familiares, para adquirir bens básicos como eletrodomésticos e móveis.

Essa desigualdade estrutural levou à reflexão sobre o racismo ambiental em Moçambique. Embora o país tenha maioria negra e nativa, os processos de exploração, exclusão e vulnerabilidade ambiental recaem justamente sobre essa população. A definição de racismo ambiental contempla a situação em que grupos étnicos marginalizados sofrem desproporcionalmente os efeitos da degradação ambiental, constantemente causada por setores mais privilegiados ou externos, que não convivem com os impactos diretos das suas ações Passos (2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Intercâmbio Caminhos Amefricanos constituiu uma experiência transformadora, que ultrapassou fronteiras geográficas, culturais e epistemológicas. A vivência em Moçambique reafirmou a relevância de uma educação antirracista como ferramenta essencial para a desconstrução de preconceitos, a promoção da igualdade e o fortalecimento da justiça social.

Eventos como a Semana Científica da UP-Maputo e o I Seminário Internacional Caminhos Amefricanos desempenharam um papel fundamental nesse processo, ao oferecerem espaços de diálogo, troca de saberes e construção coletiva de conhecimento



entre estudantes e pesquisadores de diferentes realidades.

A história de Moçambique, marcada pela colonização, resistência e luta por independência, apresenta fortes paralelos com a trajetória brasileira, também atravessada por desigualdades históricas e resistência cultural. Essa conexão pôde ser observada tanto nos debates acadêmicos quanto nas vivências cotidianas, especialmente por meio de expressões culturais como música, culinária e religiosidade, que refletem a força das identidades afrodescendentes em ambos os países.

As desigualdades regionais e os desafios socioeconômicos moçambicanos também revelam semelhanças com o Brasil, evidenciando os impactos persistentes do colonialismo. Nesse cenário, a experiência de intercâmbio fortaleceu o compromisso com uma educação antirracista, crítica e transformadora, voltada à equidade social e ao reconhecimento da diversidade como eixo central da prática pedagógica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao programa Caminhos Amefricanos e a todas as entidades envolvidas para que ele acontecesse, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPS), Ministério da Igualdade Racial (MIR), e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela oportunidade de vivenciar esta imersão social e cultural que ampliou meus horizontes como pesquisadora.

Agradeço, de modo especial, ao professor Fernando Ferreira de Moraes, que me orientou quanto à inscrição no programa, e à professora Maria de Fátima Camoratti, pela orientação na elaboração desse relato de experiência.

Registro ainda minha gratidão ao meu esposo, João Emerson Rodrigues da Silva, que sempre me apoiou e incentivou a estudar e a descobrir a pesquisadora que habita em mim, e à minha mãe, Anieli Alves da Silva, por todas as vivências que me proporcionou e que contribuíram para minha seleção no intercâmbio.

Por fim, agradeço a todos os colegas intercambistas, bem como aos moçambicanos que tornaram essa experiência única e rica em aprendizado e descobertas.

REFERÊNCIAS



ALVES, Fábila Alexandra Pottes; MEDEIROS, Kaili da Silva; SANTOS, Eliandra Gomes dos; ARAÚJO, Gleicy Karine Nascimento de; SANTOS, Latícia Mayo De Souza Santos; SOUTO, Rafaella Queiroga; LÚCIO, Firley Poliana Da Silva; BORBA, Anna Karla De Oliveira Tito; JARDIM, Viviane Cristina Fonseca Da Silva. Artigo de relato de experiência: A interdisciplinaridade como estratégia de ensino e aprendizagem. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 13, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.240192>. Acesso em: 19 maio 2025.

CABANELAS. **Inside Justiça Ambiental!: Advocating for Mozambique's Communities**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4bqHnm6NRMY&t=32s>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DIAS, Hildizina Norberto. Diversidade cultural e educação em Moçambique. **Virus**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=4&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DIAS, Solange Irene Smolarek; FELTRIN, Geovani Cezar; FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana de; SANTOS, Juliano Vargas dos. Uma experiência asiática em viagem de estudos: o caso do catar. **Revista Thêma et Scientia - Educação Especial - Arquitetura e Urbanismo**, v. 15, n. 1, 22 jul. 2022.

FEIJÓ, João. **Moçambique 10 anos em reflexão**. Maputo: JA! Justiça Ambiental/FOEMoçambique, dez. 2015. 289 p.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 55-183, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>. Acesso em: 25 jul. 2025.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. 680 p.

JOAQUIM, Ricardo Mario. A Justiça Ambiental na gestão e mitigação das mudanças climáticas em Moçambique. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais**, Maputo, v. 13 n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2179-7501.2023.261036>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MABOTA, Alice. Direitos humanos e sistema legal em Moçambique. In: FEIJÓ, João. Entrevistador, org. **Moçambique 10 anos em reflexão**. Maputo: JA! Justiça Ambiental/FOEMoçambique, dez. 2015. p 9-15.

NEWITT, Malyn. **Breve História de Moçambique**. 1. ed. Londres: Hurst Publishers, 2022. p. 11

NEWITT, Malyn. **Breve História de Moçambique**. 1. ed. Londres: Hurst Publishers, 2022. p. 14



PASSOS, Amabile Maria De Moura. “Esse é o palco da história que por mim será contada”: racismo e injustiça ambiental nas cidades brasileiras. 2023. 108 F. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca. Set. 2023.

RIBEIRO, Daniel. Meio Ambiente. *In*: FEIJÓ, João. Entrevistador, org. **Moçambique 10 anos em reflexão**. Maputo: JA! Justiça Ambiental/FOEMoçambique. dez. 2015. p 129-139

RIBEIRO, Elias Borges. **Racismo ambiental**: responsabilidade socioeducacional. 2024. 88 F. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos. 2024.

SILVA, Camila Castro e; SILVA, Fredson Pereira da. Uma abordagem sobre a importância da interdisciplinaridade no ensino da Educação Ambiental na escola. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 8, n. 4, 10 set. 2020.

VILANCULOS, Delso. Pedagogia do Oprimido Ambiental. **Horizontes Sociológicos Afro-Lusófonos**, Ceará, v. 1 n. 1, 2024.

